

Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal

Mariana Selister Gomes¹

Resumo

Este artigo analisa discursos oficiais portugueses (do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, e, do Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural), bem como, discursos institucionais de associações de imigrantes (da Casa do Brasil de Lisboa, da Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania, e, da Associação Comunitária) no que tange a (re)(des)construção do imaginário em torno da “brasileira imigrante” em Portugal. Para este fim, utiliza-se o método da Análise de Discurso, sob uma inspiração foucaultiana; empregando-se as técnicas da pesquisa documental e da entrevista. Na perspectiva teórica, insere-se nos debates sobre Feminização das Migrações e Colonialidade do Gênero. As conclusões apontam que a maioria dos discursos institucionais reproduz elementos do imaginário de hipersexualização das mulheres brasileiras.

Palavras-chave: Migrações. Gênero. Colonialidade. Discursos.

Introdução

Portugal é um dos principais destinos dos imigrantes brasileiros no mundo², formando a maior comunidade de estrangeiros residentes no país (SEF, 2016). Nas últimas décadas, o número de mulheres que saem do Brasil com projetos autônomos de migração para Portugal tem crescido, acompanhando um processo global de feminização das migrações (ASSIS, 2007; PADILLA, 2007). Paralelo a isto, um persistente imaginário que associa a mulher brasileira a um corpo colonial, hipersexualizado e

1 Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: marianaselister@gmail.com

2 Conforme estimativas divulgadas pelo Itamaraty. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades> Acesso em 22 de setembro de 2017.

disponível, marca a experiência destas imigrantes (PADILLA, 2008; GOMES, 2013). Este estereótipo é reproduzido pela mídia (PONTES, 2004) e está presente nas representações da população portuguesa (LAGES, 2006; PAIS, 2016).

Partindo desta contextualização, o presente artigo busca compreender se os discursos institucionais do campo das migrações estão reforçando ou combatendo este estereótipo em torno da brasileira imigrante. Recortou-se como objeto empírico os discursos oficiais portugueses – do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) – bem como, discursos institucionais de associações de imigrantes – da Casa do Brasil de Lisboa (CBL), da Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania (ALCC) e, da Associação Comunitária.

Como método, a pesquisa foi empreendida a partir da Análise de Discurso (LEE; PETERSEN, 2015), de inspiração foucaultiana. Em entrevista a Pol-Droit (2006), Michel Foucault (Poitiers, 1926 – Paris, 1984) afirmou que suas obras poderiam ser usadas por outros autores como uma “caixa de ferramentas”. Neste sentido, este artigo apropria-se da concepção foucaultiana de discurso como uma prática, inseparável de outras práticas sociais, imersa em relações de poder. A análise do discurso é, portanto, combinada com a reflexão sobre as relações de poder que o perpassam.

Para analisar discursos, Foucault propõe a Arqueologia do Saber (FOUCAULT, 2004) associada com a Genealogia do Poder (FOUCAULT, 1986). A Arque-genealogia (DREYFUS; RABINOW, 2010) propõe o resgate dos percursos de construção dos saberes, assim como, a análise de como estes compõem relações de poder. A emergência de saberes é perceptível através de diversos vestígios discursivos (textos, falas e imagens de diferentes fontes) de maneira não necessariamente organizada e programada (por isso a analogia com o método arqueológico). A análise das relações de poder permite compreender a emergência e a naturalização de determinados saberes, assim como, identificar uma ordem discursiva hegemônica (esse mapeamento é chamado de genealogia).

Conforme Pol-Droit (2006, p. 29), para Foucault: “o saber não é a ciência, nem o conjunto de conhecimentos no sentido usual do termo. Com esta antiga palavra, o filósofo designa um novo conceito: o agenciamento daquilo que uma época pode dizer (seus enunciados) e ver (suas evidências)”. Assim, “o saber (...) pode estar em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (FOUCAULT, 2004, p. 205). O saber é sempre construído historicamente, representa as condições históricas de possibilidade de discurso e percepção.

Apesar do recorte específico deste artigo nos discursos institucionais, a pesquisa se ancora na concepção de que estes discursos compõe uma ordem discursiva de saber-poder sobre a mulher brasileira em Portugal – a qual foi analisada de maneira mais ampla e completa na Tese de Doutorado da autora (GOMES, 2013) que incluiu também discursos culturais e as dobras discursivas. Os discursos institucionais são destacados nesta análise, devido a sua importância na consolidação de uma ordem discursiva, por emergir de instituições oficiais do campo das migrações. Estas práticas discursivas institucionais são mapeadas de uma maneira arqueológica (no sentido foucaultiano), abrangendo falas (obtidas através da técnica de entrevistas) e textos diversos (analisados a partir da técnica de pesquisa documental). Este levantamento arqueológico é combinado com reflexões genealógicas sobre as relações de poder que perpassam os discursos analisados.

A fim de compreender estas relações de poder, parte-se de alguns referenciais teóricos sobre gênero, colonialidade e migrações, compondo a primeira sessão do artigo. Em seguida, apresenta-se uma breve contextualização sobre a imigração brasileira em Portugal. A terceira sessão apresenta a análise dos discursos das associações de imigrantes, com foco em três entrevistas realizadas com seus dirigentes em 2011 (ressalta-se que todos os dirigentes entrevistados permanecem no corpo diretivo das associações em 2017). Na última sessão, são analisados os discursos do SEF e do ACIDI, através de pesquisa documental. Por fim, nas considerações finais, apresenta-se um quadro síntese da análise do discurso e as principais conclusões do artigo.

Considerações teóricas sobre poder, gênero, colonialidade e migrações

Conforme mencionado na introdução deste artigo, Michel Foucault é uma referência importante para a compreensão da construção dos saberes em tramas de poder. O pensador não desenvolveu uma teoria sistemática sobre o poder, no entanto, esta problemática é transversal em suas obras, empreendendo uma série de análises sobre o seu funcionamento. Para Foucault o poder é entendido “não como algo que se possui, mas como algo que se exerce” (CASTRO, 2009, p. 325). O exercício do poder dá-se em uma trama de relações entre o saber e o poder: “o saber e o poder se apoiam e se reforçam mutuamente” (*idem*, p. 323). Foucault demonstra que o poder funciona (é exercido) não só através da repressão, mas também, da produção. O poder é produtivo porque produz/fabrica sentidos, individualidades e verdades. O poder é, assim, um condutor de condutas (FOUCAULT, 2010, p. 288), é uma forma de ordenar as probabilidades (*idem, ibidem*), é um estruturador do campo de ação possível dos outros (*idem*, p. 290). Ou seja, quando discursos institucionais produzem saberes/verdades sobre a “brasileira imigrante” estão em um exercício de poder.

Ainda segundo Foucault, na sociedade moderna emergiram duas principais formas de exercício do poder: o poder disciplinar e o biopoder. Os saberes sobre a sexualidade se tornam o dispositivo principal do poder disciplinar; enquanto os saberes sobre raça, o dispositivo central do biopoder. Foucault demonstra que o poder disciplinar e o biopoder se exercem através da gestão da vida. O poder disciplinar é o construtor da noção de indivíduo, é exercido sobre e através da gestão da vida no indivíduo. O biopoder é construtor da noção de população, é exercido sobre e através da gestão da população, são produzidas populações saudáveis e populações descartáveis. O autor demonstra que o exercício do poder dos Estados Modernos se dá através do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1996, p. 194) e não mais a partir do “fazer morrer” do poder soberano onde o rei poderia exercer o direito de matar. Ou seja, as relações de poder passam a ser exercidas através da gestão da vida, da disciplinarização dos corpos, da produção das populações, “garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia” (FOUCAULT, 1993, p. 133).

Neste ponto, aproxima-se as contribuições de Foucault com os Estudos de Gênero, a Perspectiva Descolonial e a Teoria da Interseccionalidade.

Anteriormente ao trabalho de Foucault, as feministas francesas demonstravam que “ser mulher” e “ser homem” eram construções sociais, imersas em uma hierarquia de poder, e não verdades biológicas. Neste âmbito, é sempre importante referenciar a clássica obra de Simone de Beauvoir, publicada em 1948, “O Segundo Sexo” (BEAUVOIR, 2009). Na década de 1980, o conceito Gênero emerge como categoria fundamental para compreender as dimensões sociais, culturais, políticas e subjetivas que perpassam a divisão social dos sexos (SCOTT, 1986).

Na década de 1960, associado ao surgimento da *New Left Review*, emerge na Inglaterra a discussão do racismo e do feminismo como pautas fundamentais para a nova esquerda. Pensadores como Stuart Hall constroem a Teoria Pós-Colonial e os Estudos Culturais, demonstrando a importância do colonialismo como marca da modernidade e a necessidade de compreender e enfrentar o racismo como herança fundamental do período colonial, a qual afeta todas as relações sociais e globais contemporâneas (HALL, 2006). Na América Latina, há uma certa radicalização da Teoria Pós-Colonial, com a emergência da Perspectiva Descolonial, a qual aprofunda a compreensão da colonialidade do saber e do poder como marcas fundamentais da modernidade (QUIJANO, 2005).

No final da década de 1970, a partir do movimento de mulheres negras emerge a discussão teórica e política da Interseccionalidade. Nos Estados Unidos da América, destaca-se o papel da militante e teórica Angela Davis, e sua discussão em torno da imbricada relação entre gênero, classe e raça (DAVIS, 1982). No Brasil, evidencia-se o Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, em 1975 (CALDWELL, 2000) e a contribuição de Lelia González (GONZÁLEZ, 1988). Não bastava lutar pela “mulher” no singular, tampouco, pelo “negro”. As mulheres negras eram alvo das estigmatizações e das desigualdades de gênero e de raça, bem como, de uma estigmatização específica interseccionada (GOMES, 2016).

Em sentido semelhante, Maria Lugones propôs a discussão da Colonialidade do Gênero, demonstrando que as estruturas do patriarcado e

do colonialismo estão profundamente imbricadas e são as marcas da sociedade moderna (LUGONES, 2008). Também, Raewyn Connell (1998, 2016), Connell e Pearse (2015) e McClintock (2010) aponta que o colonialismo teve impacto na construção de uma ordem global de gênero, a qual construiu masculinidades diferentes e hierarquizadas entre homens da metrópole e homens das colônias, reforçou as assimetrias entre homens e mulheres nas colônias e entre metrópoles e colônias, fomentou violências contra as mulheres das colônias e criou um imaginário colonial relacionada ao erótico e ao exótico.

A partir de um olhar histórico sobre os Impérios Transatlânticos, Verena Stolke (2006) demonstrou que as mulheres brancas europeias foram construídas como Marias/mães/esposas/virgens, enquanto que as mulheres indígenas, negras ou mestiças foram construídas como Evas/pecadoras/prostitutas (STOLKE, 2006). No caso do colonialismo português este imaginário é agravado pelo discurso luso-tropical (ALMEIDA, 2000), entendido por muitos pesquisadores como “mito da democracia racial” (MUNANGA, 2003), ou seja, um imaginário que oculta as violências da escravidão e propaga que os portugueses se misturaram sexualmente com as mulheres negras e indígenas, formando uma sociedade não racista miscigenada.

A discussão da Interseccionalidade entre Gênero e Raça, proposta pelas mulheres negras, amplia-se para as mulheres coloniais, discutindo-se a questão das mulheres indígenas e, mais recentemente, das mulheres que imigram das ex-colônias para as ex-metrópoles.

No âmbito dos Estudos de Migrações, o tema da Colonialidade do Gênero é ainda recente e pouco trabalhado. No caso das brasileiras em Portugal, destacam-se a Tese de Doutorado da autora (GOMES, 2013) e artigos realizados em conjunto com outras pesquisadoras (GOMES, PADILLA, FERNANDES, 2017), bem como, o presente artigo. No caso das imigrantes latino-americanas para Espanha, ressalta-se o trabalho de Gregório-Gil (2010), o qual demonstra o quanto estereótipos coloniais demarcam as experiências destas imigrantes.

O tema Gênero, de maneira geral, também é recente nos Estudos de Migrações, os quais enfocavam, prioritariamente, fluxos, aspectos laborais,

demografia, questões legais, bem como, pensavam o migrante enquanto homem (PADILLA, 2007). A partir da década de 1980, a mulher migrante aparece nestes estudos, no entanto, inicialmente, é apenas um recorte do mesmo tipo de análise (DONATO, et. al., 2006). Somente no final dos anos 1990, acompanhando o processo global de Feminização das Migrações, com o protagonismo de mulheres migrando com projetos autônomos (PADILLA, 2007), é que emergem os Estudos de Gênero nas Migrações – os quais tem buscado refletir sobre como a estrutura patriarcal dos diferentes países, bem como, os papéis sociais construídos para homens e mulheres, impactam nos processos migratórios.

Este artigo insere-se nestes debates, buscando refletir sobre a Feminização das Migrações e sobre a Colonialidade de Gênero, especificamente no âmbito das imigrantes brasileiras em Portugal e nos discursos institucionais construídos sobre elas.

A Imigração Brasileira em Portugal

A fim de compreender os discursos institucionais construídos sobre a “brasileira imigrante” em Portugal, é necessário, anteriormente, traçar um panorama da imigração brasileira para sua ex-metrópole colonial. Também, é importante contextualizar a situação na qual vivem estas mulheres, para ser possível perceber o impacto destes discursos.

Portugal foi o primeiro destino importante da emigração de brasileiros na Europa (OIM, 2010, p. 43). A imigração brasileira para Portugal tem sido caracterizada, em linhas gerais, por dois movimentos: a primeira vaga (onda), correspondendo ao final dos anos 1980 até meados da década de 1990; e a segunda vaga, iniciando no final dos anos 1990 até o período atual (no qual se pode estar assistindo a um processo de mudança). A primeira vaga corresponde a um fluxo de profissionais com formação universitária que buscaram Portugal como alternativa a crise brasileira (com altas taxas de inflação e insegurança urbana) e inseriram-se em setores qualificados do mercado de trabalho. A segunda vaga corresponde a uma imigração laboral, de trabalhadoras com pouca formação escolar, os quais se inseriram nos sectores da construção, do comércio e da restauração, que buscaram Portugal para melhorar suas condições de vida e enviar remessas para

suas famílias, tendo em vista a entrada de Portugal na zona Euro (PINHO, 2012; MALHEIROS, 2007). Conforme Peixoto, Marques, Góis e Padilla (2010) ao longo dos anos 2000 a segunda vaga de imigração brasileira intensificou-se: o fluxo aumentou, mas manteve as mesmas características.

Segundo o Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo, produzido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, referente ao ano de 2009, 116.220 indivíduos eram de nacionalidade brasileira, dos quais 52.061 homens e 64.159 mulheres (SEF, 2009). No ano de 2010, houve um crescimento comparado a 2009, sendo 119.363 indivíduos de nacionalidade brasileira (SEF, 2010), mantendo a maioria feminina. Na primeira década dos anos 2000 assistiu-se, portanto, o grande crescimento da imigração brasileira em Portugal, acompanhado do processo de feminização das migrações – conforme gráfico abaixo.

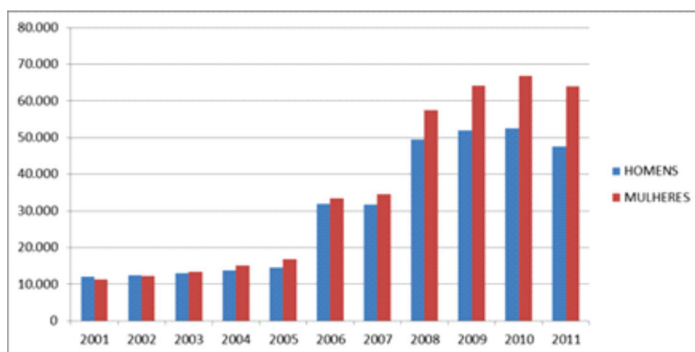


Figura 1 – Residentes brasileiros em Portugal, por sexo, 2001 – 2011.

Fonte: Relatórios do SEF. Elaboração própria.

Já em 2011, o número caiu para 111.445 indivíduos (SEF, 2011), dos quais 47.518 homens e 63.927 mulheres. A tendência de declínio da população brasileira residente em Portugal, que se iniciou em 2011, permanece atualmente, segundo dados do RIFA (vários anos): em 2012, o total foi de 105.622 indivíduos; em 2013, 92.120; em 2014, 87.493; em 2015, 82.590; em 2016, 81.251. Em todos os anos, o total de mulheres é maior do que de homens.

Entre os principais fatores para esta desaceleração, estão a crise econômica em Portugal (PADILLA, ORTIZ, 2012) e o crescimento econômico do Brasil (de 2011 a 2015). A queda do último ano foi bastante pequena comparada aos anos anteriores, podendo indicar uma nova mudança no fluxo migratório, tendo em vista a crise atual do Brasil. Nos diferentes cenários, manteve-se uma das características das migrações internacionais contemporâneas: a feminização.

Referente ao perfil desta imigração brasileira destaca-se o projeto *Vagas Atlânticas: A Imigração Brasileira em Portugal* (PEIXOTO et al., 2010) desenvolvido entre 2007 e 2010, o qual consistiu em um significativo inquérito à população brasileira em Portugal, para a ampla caracterização desta população. Com relação às mulheres brasileiras, o relatório estatístico preliminar apontou que o perfil da imigrante brasileira é basicamente de jovens que trabalham em nichos específicos do mercado de trabalho, nomeadamente em atividades voltadas para o atendimento ao público (restaurantes, cafés e lojas), no setor de limpeza e auxílio a idosos e crianças. Um número significativo é proveniente dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Espírito Santo. Localizam-se, sobretudo, na região de Lisboa, com presença importante também no Porto e em Faro. O conhecimento deste perfil é importante, no entanto, não se pode generalizar para não reforçar o imaginário de “brasileira imigrante”. Existem, também, estudantes, investigadoras, dentistas, advogadas, empresárias, empreendedoras no setor da beleza, entre outras (MALHEIROS, et al. 2010).

França (2012), ao explorar os dados do projeto *Vagas Atlânticas* no que tange as mulheres brasileiras e sua inserção no mercado de trabalho português, aponta que grande parte destas mulheres tem uma inserção laboral abaixo de suas qualificações literárias. Segundo a autora: “a mobilidade ocupacional das mulheres brasileiras em Portugal, no momento da chegada, é descendente, havendo perda das qualificações profissionais, mas que com o passar do tempo tende a ser recuperada, embora não atinja os mesmos níveis daqueles observados no Brasil” (FRANÇA, 2012, p. 165). Conforme a autora o processo de precarização das relações laborais em Portugal é somado à segregação sexual e étnico-racial do mercado de trabalho.

Com relação ao projeto migratório, França (2012, p. 170) destaca que “do total da população feminina, 53,7% afirma ter sido o primeiro membro da família a migrar, enquanto no universo masculino apenas 46,3% apresentou a mesma resposta”. Segundo a autora, este dado indica que a feminização em Portugal não está relacionada apenas ao aumento do número de mulheres, mas também, a construção de projetos autônomos de migração. Segundo Padilla (2007) e Assis (2007), a feminização da imigração significa o aumento do número de mulheres, a concretização de projetos autônomos de imigração e, ainda, o protagonismo de mulheres na construção das redes migratórias e em projetos familiares de imigração.

Segundo dados do SEF (2011), as brasileiras representam cerca de 30% das imigrantes de sexo feminino em Portugal. Marques e Góis (2011) destacam as vulnerabilidades específicas às quais estão sujeitas as mulheres imigrantes, mencionando o problema do estereótipo das brasileiras (*idem*, p. 50). Pontes (2004) destaca o papel da mídia portuguesa na construção de representações que essencializam e exotizam a identidade nacional brasileira através da sexualidade das mulheres brasileiras. No decorrer da Tese de Doutorado da autora (GOMES, 2013) foi evidenciado o quanto a mídia continuava repetindo os mesmos estereótipos apontados por Pontes (2004), dez anos depois; bem como, foram analisados discursos do mercado cultural (bares, restaurantes, marketing turístico) que também reforçavam o mesmo imaginário de hipersexualização e, ainda, os discursos institucionais, que serão detalhados neste artigo.

Estes imaginários marcam o cotidiano das imigrantes, transformando-se em uma série de discriminações e, inclusive, violências, como é destacado na já referida Tese e, também, por Padilla (2008). Diante deste preconceito, as imigrantes brasileiras se organizaram em torno de um “Manifesto contra o Preconceito às Brasileiras em Portugal”, o qual recebeu apoio de diferentes entidades (GOMES, PADILLA, 2016).

Estes estereótipos pautam ações cotidianas também de portugueses, como demonstrado por Padilla (2008) e Pais (2016), que destacam o caso das “Mães de Bragança”. O assunto explodiu depois da publicação de uma notícia na Revista *Times-Europe*, a qual apresentava um grupo de mulheres portuguesas, designadas como “as Mães de Bragança”, que culpavam

as prostitutas brasileiras por roubarem os seus maridos. Neste episódio, as mulheres brasileiras foram construídas como as pecadoras, como destruidoras do lar; enquanto as portuguesas foram pensadas como as mães e esposas exemplares. Os homens portugueses foram desculpabilizados e até mesmo considerados vítimas das mulheres brasileiras sedutoras. Essa desculpabilização dos homens pode ser interpretada como naturalização do poder patriarcal e dos papéis sociais de gênero.

Inquéritos da área de Psicologia Social sobre representações sociais da população portuguesa também evidenciam a presença destes estereótipos associados às brasileiras. Conforme a pesquisa coordenada por Lages (2006), foi possível evidenciar que as representações majoritárias dos portugueses sobre os brasileiros estão ligadas à alegria (74%) e à prostituição (69%). Assim sendo, é importante analisar se os discursos institucionais estão reforçando ou combatendo estes estereótipos, o que será realizado a seguir.

A “Brasileira Imigrante” nos discursos institucionais das associações de imigrantes

As lideranças das principais associações de imigrantes brasileiros em Portugal são geralmente entrevistados/as pelos investigadores do tema. O objetivo, a princípio, é uma aproximação ao tema da imigração brasileira, utilizando os líderes associativos como informantes privilegiados. No entanto, já existem importantes investigações sobre as associações em si, com objetivo de refletir sobre a atuação política dos imigrantes. Neste sentido, destaca-se o número seis da Revista Migrações (HORTA, 2010) dedicado ao tema, além de Albuquerque, et al. (2000), Barreto (2011), Coelho (2009), Santos (2012) e Brum, et al. (2017).

Conforme Horta (2010) as associações de imigrantes têm desempenhado um papel fundamental no processo migratório, tanto no acolhimento dos imigrantes, na valorização de laços culturais e nas relações de entreajuda, quanto nas reivindicações políticas e na intervenção social (*idem*). O recente livro publicado sobre a Casa do Brasil de Lisboa (BRUM, et al., 2017) corrobora estas afirmações, resgatando as

contribuições desta que tem sido considerada a principal associação de imigrantes brasileiros em Portugal.

No caso deste artigo, as associações de imigrantes serão analisadas de uma forma específica: serão mapeados seus discursos, no que tange a (re) (des)construção do imaginário de “brasileira imigrante”, através de entrevistas com seus dirigentes. Vale ressaltar que o olhar atento e crítico às questões de gênero e de colonialidade presentes nestes discursos não significa uma desconsideração do papel importante destas associações.

Conforme Barreto (2011) as associações de imigrantes existem em Portugal desde a década de 1970, mas apenas na década de 1990 o governo português reconhece a necessidade de uma política de integração dos imigrantes, criando do ACIME (Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas) atualmente ACIDI (Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural). Em 1999 as associações de imigrantes foram regulamentadas pelo Decreto-Lei 115/99. Segundo Coelho (2009, p. 271) em Portugal existem associações de imigrantes com diversas características: associações culturais, políticas, sociais, religiosas, partidárias e estudantis; sendo a mais importante e consolidada a Casa do Brasil de Lisboa.

Nesta pesquisa o foco está em duas associações de imigrantes brasileiros consolidadas: a Casa do Brasil de Lisboa e a Associação Lusofonia Cultura e Cidadania. Analisar-se-á, também, uma associação de imigrantes mais recente, Associação Comunitária, a qual não trabalha especificamente com a comunidade brasileira, mas é a única voltada especificamente para as questões de gênero, para as mulheres imigrantes e trabalhadoras domésticas, além da presidenta ser uma mulher brasileira.

Foram realizadas entrevistas em 2011, com membros do corpo diretivo das associações. Ressalta-se que, atualmente, em 2017, os entrevistados permanecem ativos nas organizações. Os entrevistados foram questionados diretamente sobre qual a imagem do Brasil e das brasileiras em Portugal, sobre a existência ou não de preconceito e discriminação, sobre as causas de uma imagem estereotipada, sobre a opinião das associações acerca das mulheres brasileiras e sobre as ações das associações voltadas para as questões de gênero e do preconceito. A seguir serão analisados os resultados, organizados por associação.

Casa do Brasil de Lisboa

A Casa do Brasil de Lisboa³ (CBL) é uma associação civil sem fins lucrativos, representativa da comunidade de brasileiros em Portugal. Fundada em 1992, atua na defesa dos direitos dos imigrantes, na promoção da cultura brasileira e na promoção da integração. Entre as principais atividades permanentes estão: o Centro de Apoio Jurídico, o Gabinete de Inserção Profissional, o Gabinete de Psicologia, o Jornal Sabiá (de distribuição gratuita) e atividades culturais (como aulas de dança, ciclos de cinema, realização de festas).

A CBL está registrada junto ao ACIDI e tem assento no COCAI (Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração da Presidência do Conselho de Ministros), sendo, portanto, interlocutora do Estado Português nos temas referentes à imigração. É também interlocutora do Estado Brasileiro, tendo participado da origem das Conferências de Brasileiros no Mundo, organizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil desde 2008. Desde 2010 está sediada em um prédio de quatro andares no Bairro Alto⁴, cedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Conforme Santos (2012) a CBL é um caso emblemático de participação política efetiva dos imigrantes, com influência na construção de políticas migratórias tanto no Estado de origem, como no Estado receptor. As conquistas da CBL também são destacadas por Brum, et al. (2017).

Apesar das inegáveis contribuições da CBL, esta interlocução estatal pode também representar um risco. Conforme destaca Gregório-Gil (2010, p. 9) as associações de imigrantes, muitas vezes, tornam-se entidades prestadoras de serviços controladas pela administração estatal, perdendo o caráter reivindicativo. No que tange a gênero, percebeu-se um discurso pouco reivindicativo, distante das discussões teóricas e políticas do feminismo, demonstrando a dificuldade de uma perspectiva interseccionada entre gênero e condição imigrante.

Em entrevista realizada em 2011, na sede da CBL, o Representante da Associação demonstrou ter uma imagem estereotipada e naturalizada da

³ Disponível em: <http://www.casado brasil.info/> Acesso em 22 de setembro de 2017.

⁴ O Bairro Alto localiza-se na região histórica e central de Lisboa e caracteriza-se pela circulação de jovens, pela vida cultural e pela vida noturna. O prédio da CBL encontra-se muito próxima ao Consulado do Brasil.

mulher brasileira. No trecho a seguir, o entrevistado reforça o imaginário de erotismo associado a países tropicais e a mestiçagem, em oposição à mulher portuguesa.

Há uma característica imanente da mulher brasileira, não só da brasileira, mas da caribenha, cubana, colombiana, de países latino-americanos mais mestiços, há uma característica imanente de erotismo e de sensualidade, comparativamente a outras, comparativamente a mulher portuguesa (...) Há algo intrínseco que é o mar e a temperatura tropical, há uma carga erótica nos trópicos (Representante da Associação, CBL).

Assim, parece reproduzir a dicotomia entre mulheres das colônias e mulheres das metrópoles europeias, compartilhando a ordem de saber-poder colonial, que intersecciona raça, gênero e sexualidade, para dividir as mulheres em “Evas” e “Marias”. Esta essencialização racializadora emerge em outros momentos de seu discurso, como a seguir:

Há povos, e os grupos têm as suas características, tem as suas coisas que lhes são imanentes. Há povos que tem mais musicalidade, os negros têm uma aptidão para o esporte que lhes é imanente (Representante da Associação, CBL).

A explicação para o preconceito estaria, segundo o entrevistado, nas características da própria brasileira. Ou seja, a uma culpabilização da vítima, na contramão das discussões feministas. Além disso, o entrevistado também responsabiliza as profissionais do sexo pelo preconceito. Em suas palavras:

Sobre a imagem, temos outra questão, estatística, um dado objetivo: há um número significativo de prostitutas exercendo a atividade em Portugal (...) Portanto, há um dado objetivo que se transforma em imagem.

No entanto, não há este dado estatístico que comprove esta afirmação, além disso, grande parte das profissionais do sexo em Portugal são portuguesas (COELHO, 2009). O representante desconsidera, assim, o patriarcado, o sexismo, o racismo e a colonialidade como causas do preconceito.

Quando questionado sobre as ações da CBL específicas para as mulheres brasileiras, o Representante da Associação destaca que a reivindicação contra o preconceito que as brasileiras sofrem em Portugal é antiga. Narra a “crise do aeroporto”, ocorrida em meados dos anos 1990, quando os

primeiros imigrantes brasileiros foram proibidos de entrar e devolvidos ao Brasil. Neste contexto, muitas brasileiras começaram a fazer reclamações na CBL sobre a forma como eram maltratadas no aeroporto, pelos funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

No entanto, apesar de ouvir as reclamações das brasileiras há quase 30 anos, e afirmar que a CBL debate o tema com as autoridades, o representante reproduziu, em seu discurso, o mesmo imaginário hegemônico de hipersexualização das brasileiras – o que demonstra a força de uma ordem discursiva naturalizada pelas relações de poder patriarcal e colonial. Apesar das contínuas queixas das imigrantes, a pauta das mulheres brasileiras não se tornou central para a associação. Cabe ressaltar que o primeiro Manifesto contra o Preconceito às Brasileiras em Portugal, realizado em 2011, partiu das próprias imigrantes, organizadas através da internet e, posteriormente, recebeu apoio da CBL e de diversas entidades, incluindo órgãos oficiais como a Embaixada do Brasil em Portugal e a Secretaria Especial da Presidência da República do Brasil de Políticas para as Mulheres (GOMES, PADILLA, 2016).

Ainda no que tange a gênero, o representante informou que a CBL possui uma parceria com a UMAR – União de Mulheres, Alternativa e Resposta (principal entidade feminista de Portugal) para tratar casos de violência doméstica. Além disso, a partir de 2011 (provavelmente em decorrência da grande repercussão do Manifesto) a CBL tem realizado outras ações, como workshops de discussão do tema.

Associação Lusofonia Cultura e Cidadania

A Associação Lusofonia Cultura e Cidadania⁵ (ALCC) é uma instituição sem fins lucrativos, em atividade desde 2000, embora constituída legalmente em 2007. Está registrada junto ao ACIDI como representativa da comunidade brasileira e atua, principalmente, na promoção da integração legal e social dos imigrantes brasileiros e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Presta atendimento jurídico, social e psicológico. Está sediada na periferia de Lisboa, na freguesia de Ameixoeira,

⁵ Disponível em: <https://www.lusoculturas.org/> Acesso em 22 de setembro de 2017.

próximo a bairros sociais onde vivem muitos imigrantes, em salas cedidas pela Câmara de Lisboa.

A associação, como afirma em seu próprio nome, busca valorizar a lusofonia, entendida pela Representante da Associação entrevistada como a valorização da integração e do convívio entre os povos de língua portuguesa. Neste sentido, distancia-se do debate crítico ao luso-tropicalismo e ao mito da democracia racial.

Durante a entrevista, ao abordar-se o estereótipo em torno da mulher brasileira, o enfoque da entrevistada pareceu ser a responsabilidade que as próprias brasileiras têm na existência dessa imagem. A crítica sobre a forma como o Brasil foi vendido e apresentado ao mundo também se faz presente em seu discurso, mas a responsabilidade principal do estereótipo é conferida às próprias brasileiras, como pode ser percebido no trecho a seguir:

Essa questão da mulher é um problema que nós próprias mulheres brasileiras temos que discutir Mariana, porque eu acho que quando nós falamos de nós mulheres brasileiras, tem que ter certos cuidados, porque não é só eu criticar, porque estamos a ser criticadas, mas é eu ter cuidado na maneira de vestir, na maneira de andar. Inclusivamente nós tivemos na associação em 2009 um programa, algumas atividades, onde nós orientávamos as mulheres brasileiras a procura de emprego, porque iam com roupas minúsculas. Se eu não quero que a minha imagem seja passada como uma das piores, então eu tenho que ter cuidado como me visto, porque repare, quando nós viemos do Brasil, com o clima tropical, lá nós estamos de uma maneira completamente diferente, a gente tem que tentar integrar no tipo de cultura que o país tem, não andar daquele jeito. Eu acredito que para além de alguns promotores no Brasil da questão da mulher, que foi bastante forte, que o próprio Brasil promovia a questão da mulher, da mulata, etc. A gente vem para cá e acha que aquilo é bonito, depois nós não temos muito cuidado. O cuidado passa primeiro por nós mulheres brasileiras, porque se eu não quero que falem de mim... (Representante da Associação, ALCC).

Assim como o representante da CBL, a representante da ALCC parece alijada das problematizações trazidas pelo feminismo, ressaltando-se o a dificuldade de uma perspectiva interseccionada entre gênero e condição imigrante. Outro elemento que emerge no discurso da ALCC, assim como já havia aparecido no discurso da CBL, é a prostituição. No entanto, enquanto o diretor da CBL reproduz o estereótipo de que há muitas prostitutas brasileiras em Portugal, a diretora da ALCC descreve a questão de outra forma. Na narrativa da Representante da Associação está presente o

imaginário patriarcal que divide as mulheres entre prostitutas versus esposas, mães, trabalhadoras. Em suas palavras: “*O nosso papel é defender, é mostrar que aquelas mulheres não são prostitutas*”. O estereótipo de que toda a brasileira é prostituta em Portugal é uma discriminação que a associação pretende combater. Inclusive participaram do projeto do ACIDI, em 2009, para mudar o estereótipo dos imigrantes na comunicação social. Segundo a Representante da Associação: “*Antes a gente via lá “prostituta brasileira”, e o ACIDI tem desenvolvido, e hoje ao invés de usar “prostituta brasileira” usa só prostituta e não diz a nacionalidade*”. No entanto, ao defender as mulheres brasileiras afastando-as das prostitutas, acaba-se por enfrentar o problema da estigmatização de uma nacionalidade (o poder colonial e racista) mantendo-se o estigma da prostituta (o poder patriarcal).

Referente às atividades relacionadas a gênero, a ALCC afirmou ter parceria com diversas instituições para encaminhamento nos casos de violência doméstica. As associações analisadas, CBL e ALCC (representativas do associativismo brasileiro em Portugal), apresentaram um discurso similar, que reproduz essencializações sobre as brasileiras e as culpabiliza pelo estereótipo, apesar das experiências dos diretores em ouvir e viver (no caso da ALCC a representante relatou casos em que foi vítima) casos de discriminação. Ambas possuem um discurso marcado pela institucionalidade, que não afronta as instituições portuguesas voltadas para a imigração, na medida em que culpabiliza as próprias brasileiras pelo preconceito que sofrem, apontando que elas devem mudar seus comportamentos e adaptarem-se.

A Associação Comunitária

A Associação Comunitária⁶ foi incluída na pesquisa por ser a única associação de imigrantes em Portugal com enfoque principal nas mulheres. Apesar de não focar, especificamente, nos imigrantes brasileiros, entendeu-se que por ter o enfoque nas mulheres, seu discurso também seria importante para perceber a ordem discursiva sobre a brasileira imigrante em Portugal. Além disso, foi fundada e é dirigida por uma mulher brasileira. Entende-se que seu discurso, enquanto uma associação voltada para mulheres imigrantes pode representar um contradiscurso sobre a brasileira

⁶ Disponível em: <http://www.comunidade.org/> Acesso em 22 de setembro de 2017.

imigrante. Isto porque nos espaços associativos, analisados anteriormente, onde a pertença de gênero não é elemento central, os discursos foram muito próximos ao culpabilizar as próprias mulheres imigrantes pelo preconceito que sofrem. Cherubini (2010), ao analisar o associativismo de mulheres imigrantes na Andaluzia, destacou que nos espaços coletivos que tem em comum a pertença de gênero e a condição de imigrante, as mulheres conseguem desenvolver protagonismo e cidadania ativa através da intersecção.

Um indicador de que o discurso da Comunidária possa tender ao contradiscurso é o fato de que esta teve alguns pedidos de reconhecimento negados pelo ACIDI. Quando realizada a entrevista, em julho de 2011, a instituição ainda não havia conseguido o reconhecimento. A associação foi reconhecida pelo ACIDI em setembro de 2011. Em entrevista, a representante da Comunidária criticou este modelo centralizador, onde as pequenas associações de imigrantes não conseguem o reconhecimento do ACIDI e, assim, não tem acesso a recursos. Desta forma, o ACIDI acaba por favorecer o associativo tradicional e menos contestatório, o qual, referente ao tema deste artigo, está distanciado das perspectivas de gênero e feministas.

Já a Representante da Associação Comunidária está mais próxima a perspectiva de gênero e colonialidade do gênero. A entrevistada critica o olhar preconceituoso de grande parte dos portugueses e a mídia que divulga uma imagem objetificada da mulher, não culpabilizando as próprias brasileiras. Em suas palavras:

Esse preconceito, na minha opinião, vem dessa marca mundial, dessa venda do produto brasileiro como uma mulher sensual, dessa imagem da mulher brasileira. E se junta essa imagem com valores que não conseguem entender uma outra cultura; não conseguem entender que a gente sabe sambar, e sabe trabalhar, e sabe ser digna, e sabe fazer o que for, e não conseguem entender que uma mulher que usa uma roupa e que vai para o samba e usa uma bela roupa de sambista é a mesma mulher que tá no call center, que é investigadora, que cuida de seus filhos, eles não conseguem entender isso. Há uma falta de compreensão da dimensão dessa cultura, e nós somos vítimas. E eu não economizo a palavra vítima, quando falo vítimas é daqueles que não entendem a nossa expressão cultural (Representante da Associação, Comunidária).

Foi perguntada a opinião da entrevistada sobre a percepção portuguesa acerca das mulheres brasileiras como “Evas” em oposição as “Marias”. Sobre este aspecto, apontou: “*Não é só Maria, é a Nossa Senhora de Fátima,*

é o país de Fátima, é fortíssimo no catolicismo português, é muito mais forte que em outros catolicismos”. A representante compartilha uma análise mais estrutural do problema do preconceito.

Sobre os projetos da Associação Comunitária, a entrevistada destacou que o principal projeto é voltado para as empregadas domésticas imigrantes, isto porque as mulheres imigrantes que chegavam a associação com maiores situações de vulnerabilidade e com um desconhecimento profundo dos seus direitos eram empregadas domésticas. A associação é parceira do GAMI (Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes), do qual fazem parte a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), a SOLIM (Solidariedade Imigrante) e o Dinâmia (Centro de Estudos sobre Mudança Socioeconómica e do Território do ISCTE-IUL), e que tem como foco central a dignificação do trabalho doméstico de mulheres imigrantes. A entrevistada destacou que recebe mais apoio do movimento feminista do que do associativismo imigrante.

Conclui-se que os discursos da CBL, ALCC e Comunitária são diferentes quanto às causas do preconceito contra as brasileiras e quanto às formas de combatê-lo. Enquanto a CBL e a ALCC apresentam um discurso mais conservador, que culpabiliza a própria brasileira e seus hábitos pelo preconceito, apontando que devem mudar e se adaptar a Portugal; a Comunitária apresenta um discurso feminista que enfoca o olhar do preconceituoso como responsável pelo preconceito, apontando a necessidade de sensibilização deste olhar para que seja capaz de entender o outro e de respeitar as mulheres. No entanto, todas reconhecem que há preconceito, percebem o papel da mídia na reprodução do estereótipo e são capazes de unirem-se contra o estereótipo da mulher brasileira em Portugal – em alguns momentos, quando há pressão por parte da própria comunidade brasileira, como no caso do Manifesto já citado (GOMES, PADILLA, 2016). Outro caso desta união entre as associações aqui entrevistadas foi a realização de uma nota de repúdio à declaração do Dr. Marinho Pinto, Bastonário da Ordem dos Advogados de Portugal, o qual afirmou, no Programa Justiça Cega do canal de televisão RTP, de 31 de outubro de 2012, que *“uma das coisas que Brasil mais tem exportado para Portugal são prostitutas”*. Assim, apesar de alguns elementos da ordem discursiva serem

reproduzidos por alguns líderes associativos, as associações têm um papel fundamental na defesa das imigrantes.

O Imigrante, a Imigrante, a Brasileira e a Lusofonia nos Discursos Oficiais de Imigração

A fim de compreender como os discursos oficiais portugueses em torno da imigração constroem o imaginário de “brasileira imigrante”, serão analisados: alguns discursos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) sobre o imigrante em geral, sobre a mulher imigrante e sobre as vítimas de tráfico; e, alguns discursos do Alto Comissariado para Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI) sobre o imigrante em geral, sobre a comunidade brasileira e sobre a lusofonia.

Investigações que envolvem estes mesmos objetos – SEF e ACIDI – têm sido realizadas, sobretudo, com enfoque na avaliação de políticas migratórias. Conforme Padilla (2011), bem como, Padilla e França (2012), a análise de políticas migratórias deve perceber a cidadania como transnacional, abordando as políticas migratórias tanto da perspectiva do país de origem, quanto de destino. As autoras destacam a importância dos acordos bilaterais entre Brasil e Portugal e da crescente preocupação do Estado Brasileiro com sua diáspora. Apesar de reconhecerem os avanços em termos de legalização, de integração dos imigrantes brasileiros em Portugal, de garantia dos direitos dos brasileiros na União Europeia, as autoras destacam que algumas políticas bem elaboradas e bem-intencionadas decepcionam em sua prática e que, no atual contexto de crise econômica, os direitos dos imigrantes estão recuando (PADILLA; FRANÇA, 2012).

O enfoque deste artigo não é analisar as políticas portuguesas para imigração, tampouco as políticas brasileiras para a emigração. Apesar de se referir a instituições construtoras destas políticas (SEF e ACIDI), estas serão aqui analisadas como enunciadoras da ordem discursiva em torno da “brasileira imigrante”. A análise será feita com base em pesquisa documental em fontes on-line e em discursos reproduzidos pela imprensa.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é responsável pela execução da política de imigração portuguesa. Integra o Ministro da Administração

Interna e tem o objetivo de “controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e atividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e ações relacionadas com aquelas atividades e com os movimentos migratórios”⁷.

Entre os discursos produzidos pelo SEF destacam-se aqueles que criminalizam os imigrantes e aqueles relacionados ao gênero. Sobre a criminalização dos imigrantes, Brancante e Reis (2009) destacam como a imigração tem sido securitizada pelo Estado. A imigração passa a ser tratada como problema de segurança, ao lado do terrorismo, narcotráfico e do crime organizado, e não como uma questão política e social. Neste processo, os imigrantes passam a ser construídos como criminosos e percebidos como ameaças. Segundo os autores “a chamada “Diretiva do Retorno”, aprovada em julho de 2008 pelo Parlamento Europeu, reforça, por meio de mecanismos coercivos, o viés criminalista no tratamento dos imigrantes ilegais” (*idem*, p. 75). Ainda segundo os autores a securitização se dá tanto no nível do controle de fronteiras (criminalização da imigração ilegal), como no nível dos impactos internos (percepção do imigrante como ameaça, em termos políticos, econômicos e culturais).

Segundo Ibrahim (2005) a securitização dos imigrantes é construída como uma ordem discursiva de saber-poder que deve ser entendida como uma forma de racismo. O autor destaca que nem sempre os imigrantes foram percebidos como ameaça, demonstrando a construção recente da securitização da migração. Cita como exemplo as políticas de incentivo a imigração no Canadá.

A securitização da imigração está presente nos discursos do SEF, como ser percebido através da presença de diversas notícias em seu portal⁸, bem como, pela adoção da “Diretiva de Retorno”⁹ e sua defesa pública¹⁰.

7 Âmbito de Atuação do SEF. Disponível em: [Disponível em: www.sef.pt](http://www.sef.pt) Acesso em 22 de setembro de 2017.

8 Cita-se, como exemplo, a notícia de 20 de Novembro de 2012, intitulada “Desmantelada rede criminosa de auxílio à imigração ilegal, falsificação de documentos e casamentos de conveniência”. Disponível em: www.sef.pt

9 A “Directiva de Retorno”, aprovada em 2008, estabelece normas e procedimentos comuns aos Estados-Membros da União Europeia para lidar com nacionais de países terceiros em situação irregular. A Diretiva foi duramente criticada por ONGs de defesa dos direitos humanos, por associações de imigrantes, entre outros, que julgam que a diretiva banaliza e generaliza a detenção e deportação de imigrantes. Em Portugal houve movimentos organizados contra a diretiva, intitulando-a de “Directiva da Vergonha”. Disponível em: <http://www.solimigrante.org/directiva-da-vergonha-aprovada-pelo-conselho-da-ue>

10 Como pode ser evidenciado no artigo “Directiva do Retorno – Artigo de opinião de autoria do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. José Magalhães”. Disponível em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/Noticias/Noticias_Detalhe.aspx?id_linha=5074

Entende-se que este imaginário geral do imigrante como ameaça reforça o imaginário específico de mulher brasileira como uma ameaça moral. Conforme citado anteriormente, dentre as investigações que buscam mapear os estereótipos da população portuguesa com relação aos imigrantes, Rosário et al. (2011) demonstram que: “a diferença é, no entendimento dos participantes, cada vez mais sentida como ameaça, tanto em termos de integridade física (negros, ciganos, brasileiros) como de decência (mulheres brasileiras) ou valores fundamentais (mulçumanos)” (*idem*, p. 199-200). Ou seja, a construção discursiva do imigrante como uma ameaça, no processo de securitização da imigração, reproduz-se nos discursos da população portuguesa e relaciona-se com o imaginário de brasileira imigrante.

Sobre o imaginário de mulher imigrante, cabe ressaltar o discurso do SEF sobre tráfico de mulheres. Sabino (2005) resalta as dificuldades conceituais de abordar o tema e as ideias pré-concebidas que prejudicam as análises. A autora destaca a distinção entre tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e auxílio a imigração ilegal para fins de prostituição voluntária, sendo que o tráfico caracteriza-se pela coação, violência, abuso e exploração. Esta distinção está presente no “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças”, conhecido como Protocolo de Palermo¹¹, em vigor desde 2003. Também Santos et al (2009) destacam a falta de consenso na definição do tráfico, especialmente no que tange ao tráfico de mulheres para exploração sexual, o que acaba por prejudicar a eficácia das ações de combate ao tráfico e de proteção as vítimas.

Sobre estas discussões conceituais, Piscitelli e Vasconcelos (2008), Alvim e Bordonaro (2008) e Alvim e Togni (2010) destacam que é necessário separar o tráfico de mulheres, com coerção, fraude, abuso e exploração, de outras práticas envolvendo o mercado transnacional do sexo, como os namoros temporários em troca de presentes e a prostituição voluntária. Nestas variedades de práticas e discursos, as autoras apontam que, muitas vezes, os discursos sobre tráfico de mulheres são construtores de estigmas

¹¹ Disponível em <http://www.unodc.org>

sobre as imigrantes, como nos casos onde as mulheres não são vítimas de tráfico e os discursos oficiais podem acabar perseguindo imigrantes que optam pela prostituição como profissão no exterior, com o argumento de protegê-las, retirando sua agencialidade. A prostituição não configura crime em Portugal, no entanto, também não é uma profissão regulamentada que possa preencher os requisitos para uma autorização de residência. Assim sendo, as imigrantes que optam pela prostituição não podem legalizar-se, mas também não podem ser criminalizadas pela prostituição. Desta forma, são criminalizadas como imigrantes ilegais ou percebidas como vítimas de tráfico. Alvim e Bordonaro (2008), ao realizarem uma análise dos discursos oficiais sobre o tráfico de mulheres, demonstram como esses discursos coincidem com o incremento da migração autônoma feminina e acabam por dificultá-la. Alvim e Togni (2010) empreendem uma análise semelhante, focando no caso de Portugal e da construção de um “pânico moral” em torno das mulheres brasileiras, ao associá-las ao tráfico de mulheres, à prostituição e aos casamentos por conveniência.

As confusões conceituais contribuem para reforçar estereótipos sobre as brasileiras. Por um lado, a prostituição voluntária é condenada moralmente, o estigma é associado às brasileiras e estas imigrantes acabam por ser criminalizadas como imigrantes ilegais, no processo de securitização da imigração. Sobre este aspecto destaca-se um trecho da conclusão de Peixoto et al. (2005), no qual os autores destacam que: “tem-se verificado recentemente o aumento do controlo policial sobre a permanência de mulheres em situação imigratória irregular (só a imigração ilegal pode ser punida, não a prostituição)” (*idem*, p. 314).

Por outro lado, as reais vítimas de tráfico brasileiras acabam por ser criminalizadas como prostitutas imigrantes ilegais devido ao estigma associado à brasileira reproduzido pela polícia. Sobre este aspecto, destaca-se a conclusão de Sabino (2005) “junto das entidades policiais predomina a ideia de que a maior parte das brasileiras sabe que vem trabalhar na prostituição, considerando-se as brasileiras sujeitas a um menor grau de exploração visto que muitas delas “não são forçadas” a exercer aquela atividade” (*idem*, p. 268). Este preconceito contra as brasileiras por parte da autoridade policial dificulta que elas sejam reconhecidas e tratadas como vítimas de tráfico, e pode acarretar violências por parte dos policiais para com as

brasileiras. No capítulo sobre as políticas, Sabino e Pereira (2005) apontam que “pode acontecer que haja também alguma forma de conivência ou inação por parte das autoridades portuguesas. Foi, por exemplo, referido o caso de mulheres brasileiras que se queixaram junto ao seu Consulado de terem sido obrigadas a prostituir-se por policiais portugueses” (*idem*, p. 287).

Através da análise documental da campanha do SEF, de 2011, vinculada a Direção Geral dos Direitos Humanos e Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa, intitulada “Não estás à venda” é possível observar a culpabilização das vítimas de tráfico. Em uma política explícita de combate ao tráfico, a autoridade volta seu discurso para a vítima, buscando conscientizá-la que não está à venda. Desta forma parece assumir que toda a imigrante é potencial ilegal para fins de prostituição e pode ser envolvida em redes de tráfico. A autoridade assume a responsabilização das mulheres como política de combate ao tráfico. Não há campanhas de sensibilização para que os homens portugueses não sejam consumidores que alimentam este mercado. Não há campanhas para que as pessoas denunciem situações de tráfico. A principal campanha volta-se para as mulheres vítimas, para que elas “não se vendam”, sendo uma culpabilização das vítimas. Atualmente, a Campanha permanece com o mesmo sentido, com o slogan “Não se deixe apanhar no tráfico humano”.

Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

O Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) é um instituto público, criado em 2007, vinculado ao Conselho de Ministros. Sua missão consiste em “colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões”¹². Recebeu diversas distinções e prêmios internacionais.

Baganha (2005), ao analisar a política portuguesa de imigração, no que tange a regulação dos fluxos, destaca que o sistema português tem sido historicamente ineficaz. Ressalta que apenas com a entrada em vigor da

¹² Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/>

Convenção de Aplicação de Schengen (1995), que Portugal começa a fazer parte do espaço migratório europeu com políticas de regulação. A falta de regulação resultava em imigrantes a viver e trabalhar em Portugal sem oportunidades de regularizar-se. A autora argumenta (BAGANHA, 2005, p. 39) que esta falta de regulação estaria relacionada com um discurso dominante e transversal de um Portugal humanista, universalista e marcado pelo luso-tropicalismo.

Este discurso luso-tropical passa a ser reeditado na ideia de lusofonia, utilizada atualmente pelo ACIDI. Se o discurso luso-tropical serviu para negligenciar as situações precárias e vulneráveis que viviam os imigrantes, sob o imaginário de país harmônico (Baganha, 2005); o atual discurso lusófono serve para exaltar a integração de imigrantes em Portugal, marcada pela assimilação e negligenciando precarizações, vulnerabilidades e violências. Encontram-se exemplos nos Boletins Informativos do ACIDI.

O B-i nº 75, de Novembro de 2009, por exemplo, inicia com um artigo de Pedro Silva Pereira, então Ministro da Presidência, ressaltando um relatório da ONU que aponta “Portugal como o país do Mundo que tem a melhor política de integração dos imigrantes”. Uma política de integração pode ser algo violenta, quando pressupõe a integração através da assimilação e não através do diálogo intercultural. Apesar do nome ACIDI carregar a expressão “diálogo intercultural” em seus documentos é possível evidenciar a defesa da assimilação de imigrantes.

A este respeito é muito ilustrativa uma cartilha distribuída pelo ACIDI aos portugueses, intitulada: “Imigração: os mitos e os factos”. A cartilha organiza-se através de oito perguntas sobre os imigrantes, que são respondidas através do argumento de que são mitos. No entanto, as respostas focam-se em desmentir os mitos e não desconstruir as perguntas, as quais por si só podem ser consideradas preconceituosas. Na perspectiva da análise de discurso pode-se afirmar que cartilha não incentiva outra forma de pensar, e, assim, não incentiva o diálogo intercultural, ao contrário do que se propõe.

A primeira pergunta é: “*Os imigrantes estão a invadir-nos?*” A cartilha limita-se a responder a pergunta, com afirmações que neguem a invasão de imigrantes, como “*Portugal está longe de ser um dos países europeus com maior percentagem de estrangeiros*”. E, ainda, com afirmações utilitaristas

sobre os imigrantes: “*Não foram os imigrantes que nos invadiram, somos nós que necessitamos deles*” e “*Sem a entrada de novos imigrantes, o nosso problema demográfico será muito mais grave*”.

A segunda pergunta é: “*Os imigrantes vêm “roubar” empregos e fazer baixar os salários?*” A resposta acaba por reforçar o preconceito aos imigrantes ao invés de desconstruí-lo, qual seja: “*Os imigrantes, em contexto de crise económica, são os primeiros a perderem o emprego, dado a sua maior vulnerabilidade contratual e por estarem em sectores de atividades muito sensíveis às crises*”; e ainda: “*os imigrantes tendem a concentrar-se em sectores económicos que, pelas suas características e riscos, os portugueses não procuram*”. Ao invés de criticar a vulnerabilidade, a precarização e a desigualdade em que se encontram os imigrantes como problemas sociais, o ACIDI parece colocar estes problemas como informações que auxiliam os portugueses a aceitarem os imigrantes. Parece haver uma naturalização do papel subalterno que o imigrante deve ocupar na sociedade de destino.

Outro exemplo seria a pergunta “*Os imigrantes estão associados ao crime?*”, cuja resposta em destaque é “*Em média, os estrangeiros são sujeitos, para os mesmos crimes, a penas mais pesadas*”. A desigualdade jurídica em que se encontram os imigrantes é naturalizada e utilizada como argumento para que se aceite os imigrantes.

O discurso lusófono também é acionado como forma de provocar a aceitação dos imigrantes por parte da população portuguesa, como pode ser percebido na pergunta: “*Os imigrantes rejeitam Portugal?*” Nesta resposta há uma argumentação de que os conflitos culturais existem em muitos países europeus, ressaltando que “*reportando-nos a Portugal, esta questão, com este formato, não existe*”. Este discurso lusófono de que não há conflitos culturais, soma-se o discurso da assimilação como forma de integração. Na resposta a esta mesma pergunta encontram-se frases como: “*A esmagadora maioria dos imigrantes quer fazer parte da sociedade portuguesa*”.

Outro exemplo bastante ilustrativo do discurso de assimilação como forma de integração presente no discurso do ACIDI é a última pergunta da cartilha, qual seja: “*Os imigrantes vão colocar em risco a nossa cultura e as nossas tradições?*” Na resposta encontram-se argumentos de que os imigrantes são minorias e por isso não mudam a cultura majoritária, e sim,

são mudados por ela: “*os fenómenos de aculturação (...) agem sobre as minorias imigrantes*”. Nesta última questão emerge ainda com mais clareza o luso-tropicalismo: “*a interculturalidade foi um traço marcante da Expansão portuguesa dos séculos XV a XVIII (...) a História pode ter um papel crucial na projeção que se quer para o futuro de uma sociedade marcada pela riqueza da diversidade cultural*”.

Esta frase é a última frase da cartilha, tornando clara a mensagem luso-tropicalista que o ACIDI pretende transmitir. O projeto português de integração é marcado pela lusofonia. Pode-se afirmar que é alarmante que uma instituição que visa promover a integração de imigrantes e o diálogo intercultural no século XXI, mencione os exemplos dos séculos XV a XVIII como bons exemplos, quando este período foi marcado pelo colonialismo, exploração, violência contra mulheres nativas, escravidão africana, genocídio ameríndio, entre outras mazelas. O ACIDI parece reproduzir a versão negacionista da história, silenciando todas estas violências do passado, concebendo aquele contexto como uma forma de interculturalidade. O negacionismo e o luso-tropicalismo estão fortemente institucionalizados em Portugal. De forma semelhante, o ACIDI concebe a assimilação dos imigrantes e a visão utilitarista dos mesmos, no presente, como uma forma de integração.

Especificamente sobre os brasileiros, evidencia-se o discurso de assimilação como forma de integração, mas também uma valorização de supostas características brasileiras relacionadas a ordem discursiva hegemônica. Destaca-se a lusofonia na ênfase em uma comunidade de língua portuguesa. O número 90 da revista B-i, de maio de 2011, dedicado aos brasileiros, é ilustrativo. Já na capa, destaca-se a frase “*Os brasileiros gostam de Portugal*”, do Cônsul-Geral do Brasil. A imagem de capa é uma janela típica portuguesa, com as bandeiras do Brasil e de Portugal lado a lado. O título da revista é “*Brasileiros: a maior comunidade imigrante em Portugal*”.

No editorial escrito por Rosário Farmhouse, intitulado “O contributo da comunidade brasileira em Portugal”, a Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, destaca as profissões nas quais os brasileiros têm contribuído em Portugal. O objetivo é de valorização dos contributos da comunidade brasileira, no entanto, estereótipos em torno do corpo, da língua, da docilidade e da alegria são perpetuados. Em suas palavras:

[...] atividades físicas praticadas em ginásios dispersos por todo o país, que motivaram os portugueses para uma salutar preocupação com o tratamento do seu corpo e melhoria da sua saúde. Também na área da comunicação o contributo da comunidade brasileira se revelou marcante nas alterações verificadas na sociedade portuguesa. Aproveitando a partilha de uma língua comum (embora em português “com açúcar”) [...] Mas talvez o mais destacado contributo cultural da comunidade brasileira seja a alegria (Rosário Farmhouse, Revista B-i, Nº 90, de Maio de 2011).

Destaca-se que as brasileiras relatam sofrer preconceito e assédio sexual pela forma como falam a língua portuguesa, que é interpretada pelos portugueses como um atributo de disponibilidade sexual, sendo considerado doce e sensual, devido ao olhar patriarcal e colonial¹³.

Por fim destaca-se que o discurso luso-tropical presente no ACIDI não é homogêneo, visto existir, vinculada ao órgão, uma Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial¹⁴ (CICDR). Esta comissão realiza atividades de sensibilização, de investigação, de recolha de denúncias, entre outras ações de combate à discriminação, assumindo que existe racismo em Portugal. No entanto, está sempre em diálogo com o luso-tropicalismo e seu mito do não racismo. Como exemplo, cita-se o seminário realizado no dia 21 de Março de 2011, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, o qual esteve intitulado “*Racismo em Portugal: mito ou realidade?*”.

Considerações finais

Ao finalizar este artigo, torna-se importante sintetizar a análise de como os discursos oficiais portugueses em torno da imigração e os discursos institucionais de associações de imigrantes estão (re)(des)construindo o imaginário em torno da “brasileira imigrante” em Portugal. Foram analisados discursos da Casa do Brasil de Lisboa (CBL), da Associação Lusofonia Cultua e Cidadania (ALCC) e da Associação Comunitária, bem como, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

¹³ Relatos de brasileiras sobre o preconceito podem ser lidos em Gomes (2013).

¹⁴ Disponível em: <http://www.cicdr.pt/>

A fim de facilitar a percepção dos elementos constitutivos da ordem discursiva hegemônica sobre a “brasileira imigrante” que emergiram na análise dos discursos de imigração, apresenta-se, a seguir, um quadro síntese, onde são cruzados cada um dos discursos de imigração analisados com cada um dos elementos da ordem discursiva que emergiram no decorrer da pesquisa. O quadro foi construído com o indicativo da presença e da ausência dos determinados elementos nos referidos discursos, sendo utilizado para identificar os elementos que mais aparecem nos discursos analisados.

**Quadro Síntese – Imaginários em torno da
“brasileira imigrante” nos discursos sobre imigração.**
Presença marcada com X e sombreado; ausência em branco.

Elementos	Discursos	Oficiais: SEF, CRBE	Associações de Imigrantes*	Oficiais: ACIDI
Hipersexualidade		X	X	X
Prostituição		X	X	
Disponibilidade Sexual Objeto Sexual		X	X	X
Culpadas pelo preconceito		X	X	
Não existe preconceito				X
Beleza-Corpo			X	X
Simpatia – Alegria			X	X
Sensualidade			X	X

** A Associação Comunitária está excluída deste quadro síntese do discurso hegemônico sobre a “brasileira imigrante”, pois foi identificada como um contradiscurso, não corroborando estes elementos identificados nos demais discursos.*

Torna-se importante ressaltar a distinção entre os elementos constitutivos da ordem discursiva. Conforme pressupõe a orientação teórica e metodológica foucaultiana, os mínimos detalhes de uma ordem discursiva importam. No decorrer da análise buscou-se perceber em minúcia cada um dos elementos, os quais através de um olhar mais geral podem confundir-se. A beleza, a alegria e a sensualidade remetem a um discurso culturalista que naturaliza estes elementos como constitutivos da cultura

brasileira e da mulher brasileira. A prostituição refere-se à ligação direta ao trabalho sexual. A disponibilidade sexual diz respeito a uma suposta facilidade para o sexo, corresponde a construção da mulher como um objeto pelo olhar do outro. A hipersexualidade remete a uma suposta natureza da mulher brasileira, ligada a erotização desejada ou ameaçadora.

Evidencia-se que os elementos “hipersexualidade” e “disponibilidade sexual” são os que mais se fazem presentes, pois são os que emergem em todos os discursos. Isto indica uma forte naturalização destes elementos como constitutivos da “mulher brasileira”, reproduzindo imaginários coloniais e relações de poder patriarcal – a colonialidade do gênero. A brasileira não é “apenas” bela, alegre e sensual; a brasileira não é “apenas” identificada com a prostituição. O problema da ordem discursiva sobre a “mulher brasileira” é mais profundo, remete a percepção de todas as brasileiras como “corpo colonial” disponível e hipersexualizado. É um corpo útil, dócil, açucarado, fruto da mestiçagem colonial celebrada pelo ACIDI. É um corpo que, para o SEF, precisa ser controlado e convencido de que “não está a venda”.

Em seguida, com três ocorrências cada, aparecem os elementos “prostituição” e “culpadas pelo preconceito”, os quais se relacionam inversamente com o elemento “não existe preconceito”. A culpabilização está presente em todos os discursos que evidenciam o preconceito. O único discurso que não culpabiliza as brasileiras é o ACIDI, que é também o único que afirma que não há preconceito. Ou seja, se não há preconceito, não há culpados; se há preconceito, a culpa é das próprias brasileiras. Assim, percebe-se que o elemento da culpabilização é bastante importante do imaginário de “brasileira imigrante”. Evidencia-se, ainda, que o elemento da prostituição está ausente, também, apenas no ACIDI, o qual ao ressaltar a lusofonia e o luso-tropicalismo, evita abordar os problemas sociais, não mencionando a prostituição e o racismo. Ainda percebe-se que os discursos que culpabilizam as brasileiras também as relacionam com a prostituição, reforçando o estigma patriarcal da prostituta.

Os elementos “beleza-corpo”, “simpatia-alegria” e “sensualidade” também aparecem com três ocorrências cada, sendo constitutivos da ordem discursiva sobre a “brasileira imigrante”. Estes elementos apenas estão ausentes nos discursos oficial mais rígido que não apresenta um forte enfoque culturalista: o SEF.

Por fim, enfatiza-se que o imaginário de “brasileira imigrante” em Portugal está relacionado com a Colonialidade de Gênero, conforme a pesquisa demonstrou, fortalecendo a importância desta discussão teórica. Os discursos institucionais analisados reproduzem elementos do imaginário de hipersexualização das mulheres brasileiras. As associações de imigrantes realizam ações para combater o preconceito contra as mulheres brasileiras, mas, devido ao distanciamento das pautas e discussões de gênero, acabam por reproduzir alguns discursos hegemônicos patriarcais – com exceção apenas da Associação Comunitária com um posicionamento contra-hegemônico.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra: raça, cultura e política de identidade**. Oeiras: Celta, 2000.

ALBUQUERQUE, Rosana; et al. **O fenómeno associativo em contexto migratório: duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal**. Oeiras: Celta, 2000.

ALVIM, Filipa; TOGNI, Paula. “Sob o véu dos direitos humanos: tráfegos, tráficos e políticas públicas para a imigração. Um estudo de caso sobre as mulheres brasileiras em Portugal”, **Atas do 1.º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa**, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2010, pp. 145-152.

ALVIM, Filipa; BORDONARO, Lorenzo. “The greatest crime in the world’s history: uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres”. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 2008, pp.1-14.

ASSIS, Gláucia. “Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007, vol. 15, nº. 3, pp. 745-772.

BAGANHA, Maria. “Política de imigração: A regulação dos fluxos”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2005, (73), pp. 29-44.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BARRETO, Alessandra. “Brazilians in Lisbon: Immigrant Association and the Meaning of Urban Spaces”. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, 2011, 8 (2), pp. 480-501.

BRANCANTE, Pedro; REIS, Rosana. “A “securitização da imigração”: mapa do debate”. **Lua Nova** (77), 2009, pp. 73-104.

BRUM, C. K.; et al. **A Casa do Brasil de Lisboa**: um projeto vitorioso. Lisboa: Mxe – Artes Gráficas, 2017.

CALDWELL, Kia. “Fronteiras da diferença: raça e mulheres no Brasil”, **Revista Estudos Feministas**, 2000, Florianópolis, Vol. 8, n. 2, pp. 91-108.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Christiane. “Associativismo transnacional: as formas de organização da comunidade brasileira no exterior como boa prática”. **Revista Migrações**, nº temático Migrações entre Portugal e América Latina / ACIDI. Lisboa, 2009, pp. 269-272.

COELHO, Bernardo. **Corpo Adentro**: prostitutas acompanhantes em processo de invenção de si. Lisboa: Difel, 2009.

CONNELL, Raewyn. “Masculinities and Globalization”. **Men and Masculinities**, 1998, vol 1, nº 1, pp.3-23.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Raewyn. **Gênero**: em termos reais. São Paulo: nVersos, 2016.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class**. London: Great Britain, 1982.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Lisboa: Veja, 1998.

DONATO, Katharine; et. al. “A Glass Half Full? Gender in Migration Studies”. **International Migration Review**, 2006, vol. 40, nº 1, pp.3–26.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, Vol. 1, A vontade de saber. São Paulo: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. Buenos Aires: Altamira, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRANÇA, Thais. **Lindas Mulatas com Rendas de Portugal**: A inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português. Tese de Doutorado em Sociologia – Relações do Trabalho,

Desigualdades Sociais e Sindicalismo, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2012.

GIL, Carmen Gregório. “(De)construyendo la categoría ‘mujeres inmigrantes’: de objetos de discurso a sujetos políticos”. In.: Gil, Carmen (dir) ¿Por **qué tienen que decir que somos diferentes?** Las Mujeres Inmigrantes, Sujetos de Acción Política. Granada: Junta de Andalucía, Universidad de Granada, Perspectivas Feministas en Investigación Social, 2010.

GONZALEZ, Lelia. “Por um feminismo afro-latino-americano”, **Revista Isis Internacional**, 1988, vol. IX.

GOMES, Mariana Selister. “O imaginário social <mulher brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação”. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v.56, p.867 – 900, 2013.

GOMES, Mariana Selister. **O imaginário social <mulher brasileira> em Portugal**: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. Tese de Doutoramento em Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2013.

GOMES, Mariana Selister. “Apresentação ao Dossiê Gênero e Interseccionalidades”, **Revista Tomo**, nº 28, 2016.

GOMES, Mariana; PADILLA, Beatriz. Empoderamento, Interseccionalidade e Ciberativismo: Uma Análise do -Manifesto Contra o Preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal. **Revista Tomo**, n. 28, p. 169 – 201, 2016.

GOMES, Mariana; PADILLA, Beatriz; FERNANDES, Gleiciane. “Ser brasileña en Portugal: inmigración, género y colonialidad”. In: MAGLIANO, Maria José; BARRAL, Ana (orgs). **Las mujeres latinoamericanas y sus migraciones**. Córdoba/AR: Euvim, 2017.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HORTA, Ana Paula Beja. “Introdução”, **Revista Migrações – ACIDI**, 2010, (6), pp. 11-35.

IBRAHIM, Maggie. “The Securitization of Migration: A Racial Discourse”, **International Migration**, 2005, 43 (5), pp. 164-187.

LAGES, Mário (coord.). **Os Imigrantes e a População Portuguesa**: Imagens Recíprocas. Análise de Duas Sondagens. Lisboa: Observatório da Imigração / ACIME, 2006.

LEE, Alison; PETERSEN, Alan. Análise do Discurso. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (orgs). **Teoria e Método de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

- LUGONES, Maria. “Colonialidad y género”. **Tabula Rasa**, Bogotá, 2008, n. 9, pp. 73-101.
- MALHEIROS, Jorge. **A imigração brasileira em Portugal**: Lisboa, ACIDI, 2007.
- MALHEIROS, Jorge; PADILLA, Beatriz; RODRIGUES, Frederica. **Mulheres Imigrantes Empreendedoras**. Porto: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MUNANGA, Kabengele “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”, **Anais do Seminário Nacional de Relações Raciais**, 2003, (3), Rio de Janeiro.
- OIM. **Perfil Migratório do Brasil 2009**. Genebra: Organização Internacional das Migrações, Ministério do Trabalho e Emprego, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2010.
- PADILLA, Beatriz. “A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise”. In: MALHEIROS, Jorge (coord). **A Imigração Brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2007.
- PADILLA, Beatriz. “Brasileras en Portugal: de la transformación de las diversas identidades a la exotización”. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers**. ALHIM, 14, 2008.
- PADILLA, Beatriz. “Engagement Policies and Practices: Expanding the Citizenship of the Brazilian Diaspora”, **International Migration**, 2011, 49(3), pp.10–29.
- PADILLA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra. “Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise: balanços e desafios”, **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, 2012, 20(39), p. 159-184.
- PADILLA, Beatriz; FRANÇA, Thais. “Direitos dos Brasileiros e Brasileiras na União Europeia: o Papel do Estado”. In: Olaf, Jacob (edit.). **Economia, Parlamentos, Desenvolvimento, Migrações**: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2012. pp.175-198
- PAIS, José Machado. **Enredos Sexuais, Tradição e Mudança**: as Mães, os Zecas e as Sedutoras Além-Mar. Lisboa: ICS, 2016.
- PEIXOTO, João, et al. **O Tráfico de Migrantes em Portugal**: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Política. Lisboa: ACIME, 2005.
- PEIXOTO, J.; PADILLA, B.; MARQUES, J.; GÓIS, P. **Vagas Atlânticas**: a imigração brasileira em Portugal. Relatório Estatístico – Resultados Preliminares, 2010.

PINHO, Filipa. **Transformações na Emigração Brasileira para Portugal**: De Profissionais a Trabalhadores. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. 2012.

PONTES, Luciana. “Mulheres brasileiras na mídia portuguesa”, **Cadernos Pagu**, 2004, n. 23, pp. 229-256.

POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault**: entrevistas, São Paulo: Graal, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

ROSÁRIO, Edite; SANTOS, Tiago.; LIMA, Sílvia. **Discursos do racismo em Portugal**: essencialismo e inferiorização das trocas coloquiais sobre categorias minoritárias. Lisboa: ACIDI, 2011.

SANTOS, Boaventura, et al. “Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2009, (87), pp. 69-94.

SANTOS, Aline. “Casa do Brasil de Lisboa: especificidades, conquistas e desafios do associativismo de imigrantes brasileiros em Portugal”. In: Padilla, B., et al. (org). **Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa**: Atas do 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa, Lisboa, 2012, pp. 241-254.

SABINO, Catarina. “Tráfico de Mulheres”. In: Peixoto, J. et al. **O Tráfico de Migrantes em Portugal**: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas. Lisboa: ACIME, 2005. pp. 220-277.

SABINO, Catarina; PEREIRA, Sónia. “Políticas”. In: Peixoto, J. et al. **O Tráfico de Migrantes em Portugal**: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas. Lisboa: ACIME, 2005. pp. 282-300.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS. (2001-2016), **Relatório de Imigração Fronteira e Asilo**. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx> Acesso em 22 de setembro de 2017.

SCOTT, Joan. “Gender: a useful category of historical analysis”. **The American Historical Review**, 1986, v. 91, n. 5, pp- 1053-1075.

STOLKE, Verena. “O enigma das intersecções: classe, “sexualidade”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX”. **Revista Estudos Feministas**, 2006, v. 14, n. 1, pp.15-42.

Gender, Coloniality and Migration: analysis of institutional discourses on the “Brazilian Immigrant Woman” in Portugal

Abstract

This paper analyzes Portuguese official discourses and the institutional speeches by immigrant associations regarding the (re) (de) construction of the imaginary around the “Woman Brazilian Immigrant” in Portugal. For this purpose, the Discourse Analysis method is used, under a Foucaultian inspiration; employing the techniques of documentary research and interviewing. In the theoretical perspective, it is inserted in the debates on Feminization of the Migrations and Coloniality of the Gender. The conclusions point out that most institutional discourses reproduce elements of the hypersexualization imaginary of Brazilian women.

Keywords: Migrations. Gender. Coloniality. Discourses.

Recebido em 27/09/2017
Aprovado em: 10/10/2017